## PROJETO DE LEI Nº ,2025

(Do Sr. MARX BELTRÃO)

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para incluir a proteção específica dos animais equídeos (equinos, asininos e muares) contra práticas de maus-tratos que resultem em sofrimento intenso, mutilação, amputação, tortura ou morte.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para incluir a proteção específica dos animais equídeos (equinos, asininos e muares) contra práticas de maus-tratos que resultem em sofrimento intenso, mutilação, amputação, tortura ou morte.

**Art. 2º** O § 1º-A do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

	Art.
32 <b>.</b>	
	•••
	;





§ 1º-A. Quando se tratar de caninos e felinos domésticos ou equídeos (equinos, asininos e muares), a pena é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

	§	10-
3.		

§ 1º - C. A pena prevista no § 1º-A será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade, se da conduta resultar sofrimento intenso, mutilação, amputação ou tortura.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

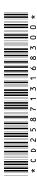
## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, já prevê punição para condutas de maus-tratos contra animais. Em 2020, por meio da Lei nº 14.064, foi estabelecida penalidade mais severa quando os atos de crueldade recaem sobre caninos e felinos domésticos.

No entanto, equídeos - categoria que abrange cavalos, jumentos, burros e muares — continuam sem proteção específica mais rígida, apesar de sua relevância histórica, cultural e econômica, e do elevado número de casos de exploração abusiva, abandono, trabalho forçado, mutilações e mortes cruéis.

Um caso emblemático ocorreu recentemente no interior de São Paulo, quando um cavalo foi vítima de mutilações graves, teve as





pernas amputadas e, em decorrência dos ferimentos e sofrimento intenso, não resistiu e veio a óbito.

Situações como essa demonstram, de forma inequívoca, a crueldade a que equídeos podem ser submetidos e evidenciam a insuficiência da legislação atual para coibir e punir com rigor os agressores.

Esse vácuo legislativo tem dificultado a responsabilização proporcional de agressores, visto que a pena atual não reflete a gravidade das condutas praticadas contra esses animais, frequentemente submetidos a intenso sofrimento físico e psicológico.

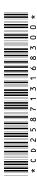
O presente projeto busca, portanto, equiparar a proteção penal dos equídeos àquela já conferida a cães e gatos, reforçando a tutela da dignidade animal e alinhando o ordenamento jurídico brasileiro às diretrizes internacionais de bem-estar animal.

Ante o exposto, pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

## Deputado MARX BELTRÃO. PP/AL





Apresentação: 27/08/2025 14:37:13.133 - Mesa



